

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE

CREUNICE HIPÓLITA DA SILVA PEREIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA & EDUCAÇÃO BILÍNGUE: ATRIBUIÇÕES DOS
TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E
PORTUGUÊS NO ENSINO SUPERIOR**

APARECIDA DE GOIÂNIA
2018

CREUNICE HIPÓLITA DA SILVA PEREIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA & EDUCAÇÃO BILÍNGUE: ATRIBUIÇÕES DOS
TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E
PORTUGUÊS NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue: Libras/Português do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia/ IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Waléria Batista da Silva Vaz Mendes.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CREUNICE HIPÓLITA DA SILVA PEREIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA & EDUCAÇÃO BILÍNGUE: ATRIBUIÇÕES DOS
TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E
PORTUGUÊS NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia, Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, como requisito para Título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia Bilingue., sob a orientação da Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes.

Aprovada em _____ de _____ 2018.

BANCA EXAMINADORA

.....
Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes (IFG-Câmpus Aparecida de
Goiânia)

.....
Prof. Ms. Thiago Cardoso Aguiar (IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia)

.....
Prof. Esp. Diego Leonardo Pereira Vaz (IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia)

Dedico este trabalho ao meu amado esposo Willis Alves Pereira; à minha mãe Terezinha Hipólita da Silva (*in memoriam*); ao meu pai Antônio José da Silva (*in memoriam*); ao meu irmão Gênesis Antônio da Silva (*in memoriam*); ao meu cunhado Daniel Alves Pereira (*in memoriam*); às minhas irmãs: Eunice, Euny e Ivanice; aos meus sobrinhos; cunhados; sogra e amigos; à minha excelente orientadora Professora Dra Waléria Batista da Silva Vaz Mendes; a todos os meus Professores do Curso de Pedagogia Bilíngue do IFG e às minhas amigas de sala.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Criador de todas as coisas e Pai de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, que me deu a honra de ingressar no Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue no recinto desta Instituição, me concedendo ainda as condições, a disposição e a saúde para realizar este Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Waléria Batista, uma excelente apoiadora, que com paciência se dispôs a me orientar, desde o projeto do TCC até à realização deste trabalho.

Aos Professores Marcelo Lacerda, Késia Mendes, Joana a “Top”.

À Coordenadora do Curso de Pedagogia Bilíngue: Libras/Português do IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia, Prof.^a Dr.^a Aleir Ferraz Tenório.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

Cora Coralina

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, busca refletir à luz da Legislação pertinente, dos documentos oficiais e de vários textos, cujos pesquisadores/ autores apresentam desafios na atuação dos TILSP - Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Português no contexto da Pedagogia; da Educação de surdos e da Educação Bilingue. Ao mesmo tempo em que apresenta o panorama histórico da educação dos sujeitos surdos, seus progressos e desdobramentos; o reconhecimento da Libras – Língua Brasileira de Sinais como meio oficial de comunicação; o reconhecimento da profissão dos TILSP e seu papel na Educação Bilingue. Por intermédio de uma revisão bibliográfica documental, esclarece as atribuições e o papel dos TILSP em ambiente escolar, separando sua atuação dos professores regentes dentro da sala de aula inclusiva. Analisamos também os depoimentos de uma TILSP e de uma aluna surda. Nossa pesquisa foi de cunho qualitativo. No decorrer deste trabalho, percebemos ainda que os alunos surdos, são bem diferentes de seus pares, anos atrás. Na atual realidade educacional e profissional, estes almejam os mais altos níveis de formação e, inclusive, são eles mesmo que apontam o que realmente querem de um profissional TILSP. Desta forma, por entender a diferença que faz a ausência/presença desse profissional é que buscamos responder, por meio desta pesquisa realizada no Estado de Goiás no ano de 2018, aos seguintes questionamentos: Em quais aspectos o trabalho do profissional TILSP tem maior relevância para o bom andamento das ações educativas em sala de aula para alunos surdos? Qual é o perfil profissional dos TILSP e as exigências da Lei para a sua formação? Enfim, depois de termos feito uma revisão bibliográfica e da legislação pertinente, no segundo momento, pudemos colher os depoimentos de uma aluna surda (via texto) e de uma TILSP (via áudio). Tais depoentes, no segundo semestre de 2018, assinaram o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual tomaram conhecimento dos objetivos deste trabalho e concordaram em contribuir com o relato de suas experiências pessoais e profissionais. Seus depoimentos foram analisados buscando esclarecer a todos os questionamentos propostos na pesquisa de forma simples e objetiva. Os resultados encontrados nos surpreenderam, porque, percebemos que a ligação dos alunos surdos com os TILSP superam as barreiras profissionais e abrangem também o campo pessoal, tornando-os amigos e coparticipantes das vitórias alcançadas por ambos.

Palavras-chave: Educação de surdos, TILSP, Formação, Educação Bilingue.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work - TCC, has been proposed to reflect in the light of the pertinent Legislation; the official documents and several texts, whose researchers / authors present challenges in the performance of TILSP - Translators and Interpreters of Sign Language and Portuguese in the context of Pedagogy; the Education of the Deaf and Bilingual Education. While presenting the historical panorama of the education of the Deaf subjects, their progress and developments; the recognition of Libras - Brazilian Sign Language as an official means of communication; the recognition of the TILSP profession and its role in Bilingual Education. We also analyzed the testimonies of a TILSP and a deaf student. Through a documentary bibliographical review, it clarifies the attributions and the role of TILSPs in the school environment, separating their performance from the teachers in the classroom. Our research was qualitative. In the course of this work, we also realize that deaf students are very different from their peers years ago. In the current educational and professional reality, these aim at the highest levels of training and even they are themselves who point out what they really want from a TILSP professional. In this way, by understanding the difference that makes the absence / presence of this professional is that we seek to respond, through this research conducted in the State of Goiás - Brazil in the year 2018, to the following questions: In what aspects does the TILSP professional work have greater relevance for the good progress of educational actions in the classroom class for deaf students? What is the professional profile of TILSP and the requirements of the Law for its formation? Finally, after having made a bibliographical review and the relevant legislation, at the second moment, we were able to take the testimonies of a deaf student (via text) and a TILSP (audio track). In the second half of 2018, these deponents signed the Free and Informed Consent Term (TCLE), in which they learned the objectives of this work and agreed to contribute with the report of their personal and professional experiences. Their statements were analyzed seeking to clarify all the questions proposed in the research in a simple and objective way. The results found surprised us because we perceive that the attachment of deaf students to TILSPs overcomes professional barriers and also covers the personal field, making them friends and coparticipants of the victories reached by both.

Keywords: Deaf Education, TILSP, Training, Bilingual Education.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
SUMÁRIO.....	09
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – Panorama Histórico da Educação de surdos.....	16
1.1 - Os surdos e a educação Grega, Romana e Greco-Romana.....	16
1.2 - Reminiscências e Atualidades da Educação de surdos.....	18
1.2.1 - Educação de surdos, como? Os processos de exclusão e segregação.....	19
1.2.2 - Percepções da Sociedade sobre o Indivíduo surdo - o processo de integração.....	21
1.2.3 - O princípio da aceitação do surdo como membro social- Inclusão.....	23
CAPÍTULO II – Reconhecimento da Libras e a profissão do TILSP: Avanços na Educação de surdos.....	26
2.1 - Avanços Sociais - Desdobramentos Legais.....	26
2.2 - Atuação do TILSP no âmbito educacional.....	27
2.3 - A Importância da Atuação do TILSP.....	28
2.4 - Perfil atual dos surdos e atuação do TILSP.....	30
CAPÍTULO III – A Pedagogia e a Educação Bilíngue.....	33
3.1 - Formação dos Pedagogos e o papel social da Pedagogia.....	33
3.2 - Atuação do TILSP no curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue.....	35
3.2.1 - O curso, a prioridade do surdo e a presença do intérprete.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
IES	Instituições de Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
ProLibras	Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais & Libras e o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
TILSP	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como proposta refletir sobre a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Português – TILSP, principalmente, no Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG - do Câmpus Aparecida de Goiânia.

O interesse pelo tema surgiu após observarmos a atuação dos TILSP durante nosso percurso de formação, no cotidiano da sala de aula. Como alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue tivemos a oportunidade de perceber o quanto o trabalho desses profissionais é complexo. O mesmo necessita de um olhar apurado na busca por um atendimento eficaz no processo educacional da Pessoa surda.

Dessa forma, por entender a diferença que faz a ausência/presença desse profissional é que nos dispomos, por meio desta pesquisa, responder aos seguintes questionamentos: Em quais aspectos a formação e o trabalho do profissional TILSP tem maior relevância para o bom andamento das ações educativas em sala de aula para alunos surdos?

Partindo de nossa pergunta geradora, fomos constituindo outros questionamentos que deverão ser respondidas ao longo da pesquisa: Quais são as atribuições dos TILSP no âmbito da Educação Superior? O que dizem os documentos oficiais sobre o papel dos TILSP? Para responder a estas questões acreditamos que seria necessário aprofundar no conhecimento, apresentando por meio de pesquisa sobre o perfil desse profissional e suas principais funções dentro do processo educativo.

A profissão dos TILSP foi criada por meio da Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. Essa lei trata de questões importantes como o papel que esse profissional deve exercer nos diversos campos em que atua. Inclusive, essa lei determina que para exercer o trabalho como tradutor/intérprete deve ter capacidade para fazer a tradução e interpretação das 2 (duas) línguas de forma simultânea¹ ou consecutiva² e ter competência em ambas as línguas: Libras e Língua Portuguesa.

¹ Acontece no mesmo instante em que a fala está sendo proferida, promovendo assim a efetiva comunicação entre orador e plateia.

² Pode acontecer ao mesmo tempo que o orador profere sua fala mas, sempre, com um tempo de *delay* ou de forma que o orador interrompa sua exposição para que o intérprete faça a sua tradução.

O papel dos intérprete de Líbras é realizar a tradução e interpretação da língua oral para a de sinais e vice-versa, observando alguns preceitos essenciais como a imparcialidade, fidedignidade, dentre outros. Tais categorias não foram escolhidas aleatoriamente, estas são base para um trabalho sério e de qualidade que promova a inserção plena do surdo em sociedade.

Os surdos, também sujeitos importantes para esse trabalho, não são mais aqueles de alguns anos que desconheciam seus direitos e se deixavam ser conduzidos por uma política ouvintista³ Hoje, estes alcançam os mais altos níveis de formação e, inclusive, são eles que apontam o que realmente querem da atuação de um profissional como o TILSP.

Atualmente, temos dois tipos de formação para tradutores de Língua de Sinais, uma em nível de Ensino Médio e outra em nível de Ensino Superior. Segundo a lei n.º 12.139/10

“a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em nível Médio de forma obrigatória ser executada através de Cursos Profissionalizantes validados por instituição de ensino; Cursos de Formação de duração escolar; e Cursos de Educação contínua providos por faculdades e escolas habilitadas pela Secretaria Estadual da Educação.” (BRASIL, 2010, p. 1)

No artigo quinto, inclusive, reafirma a importância dessa formação para o profissional e acrescenta que

“proporcionará todos anos, prova nacional de certificação para comprovação da competência de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa (ProLibras⁴). Essa prova deveria ser elaborada por uma comissão formada por profissionais da área, como professores surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras das entidades de Ensino Superior.” (BRASIL, 2010, p 1.)

Agora, em se tratando da formação desses profissionais em nível superior, a legislação garante a formação por meio de um bacharelado em Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português. Neste caso, a legislação explica que a “*formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa*”. (BRASIL, 2010, p. 1)

Para a presente pesquisa será importante analisar o perfil desse profissional, formado também em nível médio, apesar de que nosso foco será o tradutor

³ Esse termo, segundo Skliar, “é uma conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (1998^a, p. 15)

⁴ Os certificados obtidos pelo ProLibras asseguram a competência no usos e no ensino de Libras ou na tradução e interpretação da língua, sendo aceitos por instituições de educação superior ou básica.

intérprete formado em nível superior. Isso justifica-se pela própria legislação na qual afirma-se que para o exercício da função de tradutor em cursos de nível superior, preferencialmente, se tenha um profissional TILSP com nível superior: “*quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior.*” (BRASIL, 2015, p. 4).

A qualidade da tradução é o melhor apoio no processo de ensino e aprendizagem do surdo. Para entender esse processo melhor, é que nos dispomos a realizar a presente pesquisa que tem como objetivo contribuir para melhoria de todo o processo de formação do aluno surdo. O Tradutor Intérprete faz parte desse grupo e como os demais trabalha em prol da conquista do conhecimento pelo educando surdo nos processos educacionais nos quais estão envolvidos, nos diferentes níveis escolares.

A escolha do título: “*Educação Inclusiva & Bilingue: Atribuições dos Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e Português no Ensino Superior*” é, exclusivamente, de cunho pessoal. Acreditamos que o sucesso na formação de surdos, em nível superior exige a coparticipação de diferentes profissionais, ou seja, professores e intérpretes tem papel fundamental.

A preocupação com estudos a respeito das obrigações e deveres que circundam o trabalho dos TILSP é justificável, uma vez que a inserção educacional do surdo não se dá apenas com a entrada do mesmo no ambiente escolar. Deve-se, a partir daí garantir todos os seus direitos e que esses apontem para a entrada, permanência e qualidade na formação desses sujeitos.

Nesse sentido, com a realização desta pesquisa, buscamos refletir sobre as práticas e as atribuições dos TILSP em todo esse processo de formação do discente surdo. Apontando, inclusive, possíveis caminhos para um melhor desempenho da função e sua correlação com o processo educacional de ensino e aprendizagem do sujeito surdo.

Quanto à Educação Bilingue no Ensino Superior, esperamos que este trabalho abra caminhos para novas discussões a respeito do tema e que estas reflexões auxiliem na formação de Professores, na valorização dos profissionais TILSP e na adequação das Políticas Públicas para que se atendam com eficiência às necessidades dos educandos surdos.

Ao mesmo tempo, desejamos reforçar a necessidade de uma forte parceria entre TILSP e professor regente. Acreditamos ser este o desejo da comunidade

surda, proporcionar aos surdos as condições para que estes conquistem os mais altos níveis sociais e, inclusive, façam parte de novos espaços na sociedade.

Nossa intenção com tal tema é esclarecer esta discussão, por meio de observações da prática dos TILSP, de uma revisão bibliográfica de leis, regulamentações e de documentos institucionais das atribuições destes profissionais. Delimitaremos nossa pesquisa em alguns teóricos como Lacerda (2009), Quadros (2004) e Rosa (2005) dentre outros.

Além dessas bibliografias procuraremos documentos oficiais e legislações que tratem sobre o assunto específico. Tendo como objetivo geral contribuir na compreensão do papel dos TILSP no Ensino Superior e como objetivos específicos apresentar um panorama geral da história de Educação dos surdos; analisar a sua formação e suas atribuições, inclusive, refletir sobre o papel deste profissional nas salas de aula inclusivas.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, pretendemos ajudar na elucidação das atribuições dos TILSP e esclarecer possíveis dúvidas sobre as atribuições dos mesmos, para que não se confundam com as dos professores em sala de aula inclusiva. Sendo assim utilizaremos para nossa pesquisa bibliográfica sites, revistas eletrônicas, biblioteca do IFG dentre outras fontes. Em razão da qualidade do conteúdo, utilizaremos a pesquisa qualitativa, combinada à análise dos resultados da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é definida por Santos (2002) como sendo “*o conjunto de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto*” necessário “*para raciocínios e conclusões a respeito dos fatos/fenômenos*” (p.28). Entendemos que esse tipo de pesquisa será a mais qualificada para o tipo de investigação que nos propomos a fazer.

No primeiro capítulo nosso objetivo será pesquisar e localizar, no tempo e espaço a profissão do tradutor/intérprete de Línguas. Com esse panorama histórico poderemos compreender melhor como as questões sobre determinado assunto se dão historicamente e socialmente. Esse movimento é, também, necessário no processo de compreensão da Educação de surdos ao longo da história.

No segundo capítulo trataremos sobre o reconhecimento da Libras e a profissão do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais e Português. O quanto foi importante e o que mudou na vida do surdo quando tiveram esse apoio que se tornou para eles e para toda comunidade surda uma oportunidade de ascensão social, tanto no âmbito informal quanto formal.

No terceiro capítulo falaremos especificamente da atuação do tradutor/intérprete no curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue. Para isso traremos relatos de um profissional do curso e de um aluno. Transcreveremos mesmo que de forma anônima seus relatos de experiência.

Assim, nossos estudos e todas as partes que o compõem têm por objetivo contribuir tanto para a formação do aluno surdo, quanto para a reflexão do trabalho do tradutor/intérprete nesse processo. Essa parceria é de fundamental importância para promoção do acesso dos surdos a um ensino de qualidade que tenha real significação para eles, ao mesmo tempo em que valoriza sua língua.

1. PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Neste capítulo, faremos um breve histórico sobre a Educação de surdos e, conseqüentemente, sobre a criação da profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português. Trataremos, inclusive, de momentos históricos cujas pessoas surdas eram excluídas socialmente e, também, não existia a profissão de TILSP.

Para isso, faremos um *tour* pelos diversos momentos históricos que marcaram a vida desse grupo. Iniciaremos apresentando a história da educação grega; romana e greco-romana nas quais há o registro da presença do surdo. Época essa em que os surdos eram tão discriminados socialmente, ademais, segundo documentos da época eram até mortos.

1.1 Os surdos e a educação Grega, Romana e Greco-Romana

Iniciar falando sobre surdos num momento como esse é extremamente complexo. A história da sociedade Grega, Romana e Greco-Romana, datada entre os séculos IX e VI a.C. está retratada em obras literárias poéticas como a *Ilíada* e a *Odisséia*, nestas obras encontramos o ideal de dois tipos de homens: o homem da ação e o homem da sabedoria, modelos esses em que a pessoa com deficiência jamais se encaixaria.

Segundo as decisões dos conselhos no período Homérico, seria da instituição social dominante, a polis ou a cidade-estado, a responsabilidade de se promover a educação de seus cidadãos. Assim, as bases da educação grega tinham como principais alicerces o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais de seus cidadãos e ainda a proteção da polis. Ou seja, homem que não eram dotados de tal sabedoria e capacidades jamais seriam dignos de serem educados.

Outro grande momento da educação grega é conhecido como período histórico das cidades de Esparta e Atenas. Estas duas cidades se distinguiam na forma de conduzir a educação de seus cidadãos. A educação na cidade de Esparta seguia os mesmos princípios da Grécia Antiga, buscava formar cidadãos de coragem, obediência e perfeição física. Não só surdos, mas todos os demais que tinham qualquer necessidade especial eram excluídos. Isso porque, não tinham a capacidade de ouvir, falar e/ou andar, sendo taxados como incapazes de viver em

sociedade. Há relatos em que se afirma que a maioria das pessoas com necessidades especiais eram sacrificadas aos deuses, ainda na primeira infância.

Nessas sociedades, crianças nascidas com essas características eram eliminadas ou abandonadas sem que isso fosse considerado crime. Um dos mais significativos exemplos dessa prática discriminatória em relação às pessoas com deficiência foi aquela adotada em Esparta. Nesta cidade-estado, todo recém-nascido, que fosse gerado no seio de uma família livre, era examinado pelo Conselho dos Anciãos. Assembléia formada pelos cidadãos mais antigos da comunidade. Se ela nascesse disforme, ou com alguma fragilidade que viesse a impedir, no futuro, o exercício pleno da cidadania, conforme exigia o ideal espartano, ela era sumariamente eliminada. (BARROS, 1999, p. 3).

Em Atenas, a família era a responsável pela educação de seus cidadãos. A educação era privada e a criança ateniense de 0 (zero) aos 07 (sete) anos era instruída pela própria família. Dos 08 (oito) aos 16 (dezesesseis) a criança cursava duas escolas: a de música e de atividades físicas (ginástica). Então, dos 16 (dezesesseis) aos 20 (vinte) anos, o Estado Ateniense ofertava a educação com caráter exclusivamente militar. Grande ênfase era dada à educação formal, no qual a música era utilizada para a poesia e o drama, imaginem como seria isso para os surdos.

Durante vários séculos, os filósofos sofistas eram os responsáveis pelo treinamento moral dos gregos e acreditavam no sucesso através da valorização do individualismo e da força, em detrimento da beleza. Os ideais individualistas e belicosos dos sofistas eram criticados por alguns filósofos gregos, dentre estes podemos destacar: Sócrates, Platão e Aristóteles. Estes conhecidos filósofos são responsáveis por pensamentos apregoados até hoje que são usados para separar.

O método socrático prega que o homem deve conhecer-se a si mesmo e com isto, procura combater o individualismo, afirmando que o conhecimento é uma virtude universal. Portanto, para Sócrates, a Educação não deve apenas reproduzir o conhecimento, mas sim, dar condições ao homem de produzir seu próprio conhecimento.

Platão idealiza um governo aristocrático e uma sociedade socialista com três classes sociais distintas: i.) a dos governantes (responsáveis por governar); ii.) a dos guardas (responsáveis por guardar e proteger aos governantes) e, iii.) a dos artesãos (responsáveis por obedecer e servir às duas outras classes). Platão, na obra "A República" baseia a educação principalmente na ginástica e na música.

Aristóteles, filósofo que sistematizou a lógica produtiva, defende que durante a vida, a pessoa pode se desenvolver, tendo condições de aprender e de se tornar

uma criatura nobre, ou não. O sistema filosófico aristotélico baseava-se na ciência, na investigação científica e na valorização da pedagogia.

A educação romana pode ser analisada em duas fases: a primeira na valorização e defesa dos valores e ideais romanos e a segunda consiste na fase da influência grega, dando uma característica cosmopolita à educação romana. A educação romana considerava a casa como o lugar primordial para a sua prática.

Na casa, a criança deveria ser instruída pelos seus familiares nos princípios da moral; na prática dos bons costumes; na boa disciplina e nos ideais romanos. A lei das 12 (doze) tábuas, foi base da sociedade romana durante 1.000 (hum mil) anos. A base da educação romana é a leitura e a escrita.

Em todos estes períodos, o simples fato do nascimento de uma criança surda ou deficiente era tidos como “castigo dos deuses” e estas pessoas eram sacrificadas aos ídolos, ou entregues nas praças para que qualquer pessoa os pudesse sacrificar. Com certeza, os surdos nesta época, eram tão discriminados socialmente que, na maioria dos documentos que tratam dos princípios da Educação ocidental, nem sequer eram citados.

Os surdos que por algum motivo sobreviviam aos sacrifícios humanos, neste período adquiriam a capacidade de serem “invisíveis”, pois, não podiam sequer ter consciência de si como seres sociais. Demorou muito para que, os surdos passassem a ser “enxergados” socialmente, fatores que veremos nos próximos tópicos.

1.2 Reminiscências e Atualidades da Educação de surdos

Para compreender a educação como um todo é necessário pesquisar e localizar-se no tempo e no espaço. Com esse panorama histórico poderemos compreender melhor como as questões sobre determinado assunto se dão histórico e socialmente. Esse movimento é, também, necessário no processo de compreensão da Educação de surdos ao longo da história.

Quando falamos sobre a educação de pessoas surdas nos remetemos a três momentos que marcaram sua história, quais seja a Exclusão/Segregação, a Integração e, a Inclusão. Esses períodos assinalaram historicamente toda vida social das comunidades surdas. Mesmo que de forma sucinta passaremos a descrever cada um deles com o intuito de nos situar em nossas atuais discussões.

1.2.1 Educação de surdos, como aconteceu? Os processos de exclusão e segregação

A princípio, como dissemos, na Grécia ou na Roma antiga, os surdos não tinham expectativas, seja em educação ou em vida social, pois, eram excluídos da escola e da sociedade. Acreditava-se que se os surdos não conseguiam ouvir ou falar, portanto, também não pensavam e eram tidos como: pessoas retardadas ou, ainda pior, anormais. O pensamento majoritário era o de que as pessoas precisariam saber se comunicar entre si com todas as demais na língua padrão de seu país.

Essa realidade era difícil para aqueles, como os surdos, que não conseguiriam apreender a língua da sociedade onde viviam. Nem seus governantes e nem mesmo a família sabia como lidar com essa marca que os surdos carregavam. A surdez ainda não era conhecida e muito menos estudada por esses povos.

Ao nascerem as crianças surdas, seus pais demoravam a perceber as características da surdez e, apenas com o passar dos meses, e em alguns casos, até no decorrer de anos, quando os pais percebiam que sua criança era surda, ou que tinha alguma outra característica de “deficiência”, a abandonavam.

Em outros casos, os próprios pais as queimavam vivas, pois, a sua existência era tida como “um castigo dos deuses”. A crença geral era de que eles eram incompetentes para aprender algo útil e isto lhes impedia de serem inseridos na sociedade, sendo considerados sujeitos dementes.

A legislação da época não oferecia direitos à educação para o sujeito surdo, e não havia nenhuma instituição “especial” que acreditasse na capacidade de aprendizagem destes indivíduos, conforme relata Strobel (2006):

Em toda a história da humanidade os estereótipos que se referem ao povo surdo demonstram o domínio do ouvintismo, relativo a qualquer situação relacionada à vida social e educacional dos sujeitos surdos. Embora não sejam poucos estes registros de dominação, frente ao povo surdo, vemos que historicamente o povo ouvinte sempre decidiu como seria a educação de surdos. (p.247).

Então, ao investigarmos a história da sociedade ocidental, podemos observar que, a exclusão das pessoas surdas deve-se graças aos princípios morais, às crenças e também ao padrão clínico que está profundamente entrelaçado nos valores sociais

Portanto, é de praxe que, até nos dias atuais, em uma sociedade discriminatória, se busque a exclusão do indivíduo malquisto, muitos pais ao perceber seu filho com surdez tentam escondê-los com medo da discriminação sem perceber que ele mesmo está excluindo seu filho da sociedade; no mesmo pensamento, alguns pais deixam seus filhos sem ir à escola com medo de que algo possa lhes acontecer sem que eles estejam presentes para “defendê-los”; isolam seus filhos surdos da sociedade e torna-os dependentes, sem desenvolver seu intelectual.

Depois que adquirem certa idade, uma quantidade considerável de surdos precisa buscar o mercado de trabalho, e as empresas lhes oferecem serviços e funções que precisam de menos qualificação, ou trabalhos braçais, nas quais, em sua maioria recebem baixos salários. Algumas empresas os tratam como se eles não tivessem capacidade de desempenhar funções e trabalhar, sendo dignos de seus salários, assim como qualquer trabalhador. E algumas empresas, os colocam nos serviços braçais e mais pesados.

No âmbito escolar inclusivo, a língua de sinais não é valorizada tanto quanto a língua oral, como o Português. Essa realidade faz com que o aluno surdo não tenha um aprendizado de melhor qualidade, isso faz com que aconteça a exclusão das pessoas surdas na sociedade, trazendo desvantagens na vida destes indivíduos, estas desvantagens e perdas se mostram principalmente na educação, na cultura e no convívio social. Pois, se o surdo não consegue se comunicar com outro indivíduo, por meio da língua majoritária, fica à margem dos acontecimentos. Como relata Mendes:

A língua oficial ocupa um espaço de soberania na sociedade, pois, é um instrumento de distinção social. É por meio dela que o indivíduos conseguem ter acesso a diversos bens culturais. Os surdos, mesmo se oralizados desde muito cedo não conseguem se apropriar dessa língua, pois, biologicamente não estão totalmente aptos para isso. Nesse sentido, eles sempre se encontram em posição de desvantagem e acabam por fazerem parte do grupo dos desfavorecidos. (MENDES, 2012, p.55)

Por tudo isto, os surdos começaram a se organizar em movimentos políticos (associações, igrejas, grupos de estudo) contra o oralismo e a opressão ouvintista. Eles reúnem-se por pautas de luta a favor de seus direitos, de sua identidade, de sua cultura, a fim de ganharem visibilidade e se sentirem totalmente integrados à sociedade.

1.2.2 - Percepções da Sociedade sobre o indivíduo surdo - o processo de integração

Na Europa, a partir do século XVI, vários estudiosos, pedagogos e filósofos em diferentes países, procuraram desenvolver métodos e técnicas para se promover a “integração dos surdos” na sociedade. Utilizando e desenvolvendo alfabetos manuais e sinais. Vários estudiosos queriam comprovar a capacidade que a pessoa surda tinha de aprender.

No Brasil, a educação dos alunos surdos foi constituída no século XIX com a criação do Instituto Imperial de Educação de Surdos (1857), atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES-RJ. No decorrer de um século recortado desde o Congresso Mundial de Educadores de surdos realizado na cidade de Milão – Itália em 1880 até a Declaração de Salamanca no ano de 1994 os surdos foram amordaçados, sendo proibidos de utilizar a língua de sinais (sua língua natural) e obrigados a “utilizar” a língua oral, através das práticas do oralismo.

Neste período, a comunidade surda teve que desprezar sua própria identidade e cultura, sendo obrigada a se “*integrar/normalizar*” com a cultura e a identidade ouvintes. Ao educando surdo cabia o papel de “copiar e ser” como uma pessoa ouvinte. O assistencialismo era a palavra de ordem, conforme cita Strobel:

Nessa fase, no século XIX, o atendimento era voltado à filantropia e ao assistencialismo; os sujeitos surdos eram entregues pelas famílias às instituições e asilos, em regime de internato até que estivessem aptos para retornar para o convívio familiar, o que, invariavelmente acontecia no início da idade adulta. (Strobel, 2006, p.249).

Os estudos científicos e as pesquisas da medicina resultaram em se considerar a pessoa surda como um deficiente; um doente, simplesmente por ele apresentar problemas de audição e de fala. Houve tentativa de se “integrar” os surdos na sociedade através da filantropia e do assistencialismo, porque eles eram vistos como pessoas incapacitadas; “*coitadinhos*”; “*mudinhos*” como eram conhecidos.

Com o desenvolvimento das ciências e de pesquisas da medicina sobre a surdez, passou-se a “classificar” as pessoas surdas pelo grau de sua surdez: os surdos com surdez leve - com a perda só de um ouvido; os surdos com surdez moderada e os surdos com a surdez profunda - com a perda total dos dois ouvidos.

A partir do século XX, com todos esses dados clínicos e psíquicos e utilizando uma tecnologia avançada, a medicina passou a buscar técnicas fonoaudiológicas com o objetivo de fazer as pessoas surdas oralizarem e através de próteses, como aparelhos auditivos, “*ouvir*”. O tratamento com fonoaudiólogos, apesar de não ser disponível a todos os surdos, buscava fazê-los aprender a “*falar*” e aproveitar quaisquer resquícios de audição com o uso de aparelhos auditivos e de implantes cocleares.

Este grande esforço em disponibilizar tais tecnologias, visa inserir aos surdos na sociedade e no meio escolar, como cita Dizeu & Caporali(2005):

Entretanto, é importante a conscientização de que toda esta tecnologia disponível não é de acesso a toda a população surda, especialmente considerando-se nossa realidade social, cultural e econômica. Além do mais, ainda que toda essa tecnologia fosse acessível, ela por si não garante o desenvolvimento lingüístico, identificatório e cultural do sujeito surdo. A utilização destes recursos não garantirá que esses sujeitos serão oralizados e integrados na sociedade, como assim defende a premissa oralista. (p. 585)

Depois do Tratado de Salamanca, assinado pelo Brasil em 1994, os alunos surdos receberam o “*direito*” de ingressar em escolas regulares, nas quais os educadores deveriam recebê-los e “*integrá-los*” em sua sala de aula. No entanto, estes educadores não receberam formação bilingue e todas as aulas continuaram a ser ofertadas na língua majoritária (Português oral), então, na maioria dos casos e com raras exceções, os educadores foram obrigados a fingir que ensinavam e os educandos surdos eram treinados a fingir que aprendiam.

O resultado desta “*integração imposta*” sem nenhuma estrutura escolar, foi que os alunos surdos eram aprovados, progredindo série a série, sem aprender a ler e a escrever, quando muito, eram apenas “*alunos copiadores*” de conteúdo. Tudo que a professora escrevia no quadro, eles “*copiavam*” no caderno, mas, sem saber ler, não compreendendo as palavras que escreveu, este teatro durou muitos anos. Desta forma, a “*integração dos surdos*” aconteceu durante décadas no Brasil.

Acreditamos que, para que os surdos fossem realmente integrados à escola e participassem ativamente dos processos educacionais seria necessário que os educadores tivessem formação em educação bilingue. E, infelizmente, a maioria dos educadores, não tem esta formação.

Como resultado desta deficiência em sua formação acadêmica, estes educadores deram continuidade ao processo de ensino “*ouvintista*”, sem sequer se

preocupar com o bilinguismo, deixando a impressão de que é obrigação da pessoa surda se adequar ao oralismo.

Alguns educadores pensam que não precisam de uma formação continuada; não procuram condições de cursar especializações como o Atendimento Educacional Especializado – AEE; aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras); o Sistema de Escrita Braille; ou demais conhecimentos que poderiam auxiliá-los no atendimento de seus alunos com necessidades especiais, como é o caso do aluno surdo, cego, ou surdocego.

Por outro lado, quando o professor regente aprende a se comunicar com o surdo em sua língua natural, fica mais fácil a interação dentro da sala de aula e é através da educação bilingue, que o aluno surdo aprende as duas línguas: a Língua de Sinais - Libras e a Língua majoritária - Português. Conforme afirma Lacerda (1998),

O objetivo da educação bilíngüe é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-lingüístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. (p. 11).

Os resultados da integração do surdo à escola através da educação bilingue, pode dar-lhe condições de viver, agir e atuar socialmente. Fatores que vão se concretizando aos poucos. Há vários casos de surdos que ingressaram em instituições de ensino, aprendendo profissões e se sentindo mais úteis e integrados ao convívio à social.

1.2.3 - O princípio da aceitação do surdo como membro social- Inclusão

A educação inclusiva do surdo no campo educacional se deu a partir da constatação de que a maioria destes alunos não conseguiram atingir os objetivos da filosofia oralista. Percebeu-se que a maior parte dos alunos surdos inseridos nas escolas regulares vinham sofrendo fracassos na aprendizagem, pois, estes alunos eram colocados em sala de aula junto com todos os demais tipos de deficiências.

Processo que denominavam de “*Educação Inclusiva*”, mas, não pensaram no sujeito surdo como um indivíduo que tem sua própria língua natural, identidade e cultura, tais fatores diferenciais do sujeito surdo demonstram que ele precisa de uma formação diferenciada, com políticas públicas da Educação Bilingue, assistindo-lhe o

direito de todo cidadão brasileiro: “o direito à comunicação e ao acesso à escola”. Como relato no capítulo IV:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (Brasil, 2005, p.4)

Há ainda, uma Declaração assinada pelo Brasil que garante a inclusão dos surdos em toda a rede escolar, até ao Ensino Superior, no entanto, para que isto aconteça de fato, se faz necessária a formação de professores bilingues qualificados e aptos a se comunicar em Libras, sempre motivados na busca da melhoria do seu desempenho profissional. Com a política da educação inclusiva e no ponto de vista do Decreto n. 5.626. como explica o artigo 3^o:

Art. 3^o A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Brasil, 2005, p. 2)

Sendo assim, estes professores, ao conhecer as especificidades da Libras podem tornar-se dispostos a fazer adaptação dos conteúdos e dos materiais didáticos das aulas para atender à realidade de seus alunos surdos. Também, se faz necessário que existam salas de aula adequadas aos surdos, aulas adaptadas, ter acesso aos meios de tecnologia escolar como: projetor, slides com imagens, livros de português para aprimorar a leitura e ainda a presença dos profissionais capacitados para o apoio didático necessário.

Os TILSP fariam a interpretação/tradução da língua portuguesa para Libras e da Libras para a língua portuguesa, porque, estas duas línguas são de modalidades diferentes: Português é uma língua de modalidade oral-auditiva e Libras é viso-espacial, o uso de ambas necessita de uma atenção especial por parte dos docentes e dos TILSP. A grande maioria das experiências de vida da pessoa surda são visuais e, a Língua de Sinais é o veículo pelo qual essa compreensão e interação se tornam possíveis, e são estas experiências, as quais possibilitam ao indivíduo surdo compreender, ser compreendido e interagir com o mundo que o cerca.

Também é preciso que a escola tenha um referencial surdo para que o aluno surdo possa se desenvolver naturalmente. É extremamente saudável que o aluno surdo possa relacionar-se com outros surdos no ambiente escolar. Professores e

instrutores surdos podem tornar-se importantes referências ao longo de sua vida. Isto se faz necessário para que, através da língua e da vivência com estes referenciais, os alunos surdos possam se identificar, adquirir e fortalecer vínculos com a sua língua natural: a Libras e também com a sua própria identidade e sua cultura.

São estes educadores surdos que ajudam o educador ouvinte com a língua de sinais nas escolas e nas faculdades. Com a inclusão desejamos que no futuro a sociedade viva sem preconceitos. Que todas as pessoas consigam interagir de forma saudável. Surdos e ouvintes possam aprender, trocar experiências e compreender a importância da clareza de comunicação um com o outro, e, melhor ainda, que a inclusão aconteça com total qualidade e veracidade.

2 RECONHECIMENTO DA LIBRAS E A PROFISSÃO DO TILSP: AVANÇOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Neste capítulo, vamos falar sobre o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação dos surdos brasileiros e ainda sobre as exigências para a atuação do profissional: Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português – TILSP e a legislação que regulamenta a prática deste profissional.

2.1 Avanços Sociais - Desdobramentos Legais

Em nosso país, a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que ficou conhecida como a Lei da Acessibilidade prevê que se deve avançar no trato das pessoas que necessitem de alguma forma especial de acessibilidade suprimindo-se as barreiras; para os fins desta Lei define-se o termo “barreira” em seu Artigo 2º Inciso II alínea d:

“[...]barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;” (BRASIL, Lei nº 10.098/2000 – Lei da Acessibilidade)

Em resposta também às lutas da comunidade surda e visando romper a barreira da comunicação entre surdos e ouvintes, em 2002 fora sancionada a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio legal de comunicação e expressão.

Ainda em regulamentação complementar à Lei 10.436/2002, o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 determina várias providências a serem tomadas pelos setores público e privado, sejam nas Escolas e também nas IES - Instituições de Ensino Superior.

As IES recebem a responsabilidade de criar e desenvolver Cursos de Formação de Professores e Educadores Bilíngues (Pedagogia Bilíngue) sob a fiscalização do MEC – Ministério da Educação, e, ainda, dentre outras coisas, o Decreto 5626/2005 confirma a necessidade de que Escolas, IES e demais instituições públicas tenham em seu quadro de servidores, profissionais capacitados para a comunicação com o aluno surdo através da Língua Brasileira de Sinais.

Estes profissionais bilíngues devem estar capacitados a compreender a mensagem em português e em Libras e vice-versa, fazendo a mediação da comunicação – neste momento então, surge a figura do TILSP - Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português.

Art. 1o Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS.

Art. 2o O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Líbras e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010, p. 1)

O exercício da profissão de TILSP fora regulamentado pela Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010 e segundo esta Lei o papel do TILSP é realizar a tradução e interpretação da língua oral para a de sinais e vice-versa, observando alguns preceitos essenciais como: imparcialidade, fidelidade, dentre outros.

2.2 Atuação do TILSP no âmbito educacional

O papel do TILSP é atuar na sala de aula como um mediador entre professor e aluno. Miranda e Filho refletem sobre a inclusão das pessoas com deficiência e a sua efetiva participação na escola:

Há uma convergência à plena inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas da sociedade e a efetiva participação na escola. A estes se espera que sejam assegurados um atendimento especial, conforme suas diferenças e as características peculiares que apresentam. (Miranda, Theresinha Guimarães, Filho, Teófilo Alves Galvão, 2012, p. 482).

Segundo Candau(2011), no Curso de Formação de Professores, se faz necessário, preparar profissionais que saibam se posicionar dentro de suas atribuições em uma sala de aula inclusiva para trabalhar com a diversidade cultural e linguística. Capaz de considerar que as diferenças sejam intrínsecas a essas práticas, portanto, é imprescindível reconhecê-las e valorizá-las nas dinâmicas culturais.

A presença do TILSP no meio educacional deve ser vista como uma ação pedagógica de acesso que vise a efetivação da transversalidade da educação especial, ou seja, um recurso de comunicação entre alunos surdos, seus pares e o professor.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (Brasil, 2007, p. 17).

Quadros (2004), faz uma reflexão de forma concisa, problematizando as atribuições do Professor Regente e as do TILSP em sala de aula:

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. (QUADROS, 2004, p. 56).

Por este motivo, consideramos que seja muito importante que Professores e TILSP compreendam com clareza suas atribuições em sala de aula inclusiva e que fomentem os processos de interação com os alunos surdos, o que certamente refletirá na melhoria da aprendizagem destes alunos.

2.3 A Importância da Atuação do TILSP

Segundo Vygotsky *apud* Goldfeld (1997) a aquisição da linguagem é a ferramenta precursora do desenvolvimento, pois, esta seria a abertura da janela de comunicação com todos os tipos de conhecimentos. A interação do sujeito surdo com o meio social, seria condição que embasaria o desenvolvimento cognitivo; resultado das relações intra e interpessoais.

Esta relação, porém, só seria possível, com o bom funcionamento dos canais de comunicação; uma relação harmoniosa entre Professor Regente e TILSP, resultando no desenvolvimento cognitivo e linguístico do indivíduo. A língua então, seria adquirida pela assimilação dos conceitos apresentados pela interação com o meio social.

A proposta de Educação Bilíngue para Surdos surgiu nos Estados Unidos na década de 80, partindo do pressuposto de que o sujeito surdo seja naturalmente bilíngue, comunicando-se em Língua de Sinais e ainda na Língua oral escrita de seu país.

A abordagem Bilingue defende que o aprendizado da Língua de Sinais deve preceder o da Língua oral escrita, ou seja, a criança surda deve primeiramente aprender a se comunicar na Língua de Sinais (L1) e, posteriormente, aprender a Língua oral escrita (L2). As experiências do surdo são visuais e, é por estas experiências que o indivíduo surdo compreende e interage com o mundo. Assim, a Língua de Sinais é o veículo pelo qual essa compreensão e interação se tornam possíveis.

Consideramos então que, o canal de comunicação (Língua de Sinais), além de conduzir o indivíduo surdo ao Desenvolvimento da Aprendizagem, conforme as fases para Vygotsky segundo Goldfeld (2002): i) Assimilação; ii) Reorganização e; iii) Acomodação, pode dar-lhe uma identidade, pois, proporciona a ele, o contato com a comunidade surda e o conhecimento da cultura e dos valores surdos.

Finalmente, podemos afirmar que a atuação do TILSP no meio educacional deve ser uma ponte e não uma barreira, na vida social dos indivíduos surdos. Desta forma, a ausência/presença deste profissional e a correta/errônea forma como ele atua, tem muito peso em todas as ações educativas.

A Lei 12.319/2010 trata de questões importantes como o papel que exercem os TILSP nos vários campos da sociedade. Esta Lei determina em seu Artigo 2º o seguinte:

“O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Línguas e da Língua Portuguesa.” (Brasil. Lei nº. 12.319 de 01 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação da profissão de intérprete de Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Artigo 2º Brasília, 2010.)

O papel do TILSP é realizar a tradução e interpretação da língua oral para a de sinais e vice-versa, observando-se alguns preceitos essenciais como: imparcialidade, fidelidade, dentre outros. Quanto à formação dos TILSP - nível médio, a Lei traz em seu Artigo 4º o seguinte:

“Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
II - cursos de extensão universitária; e
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.
Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da

comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.” (Brasil. Lei nº. 12.319 de 01 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação da profissão de intérprete de Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Artigo 2º Brasília, 2010.)”

A realização até o ano de 2015 do Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa (Pró-Libras) é um instrumento que pode aferir o nível de proficiência do TILSP, conforme Artigo 5º:

“Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.” (Brasil, 2010, p. 2)”

Ao final deste capítulo, podemos considerar que o trabalho dos TILSP é essencial para o desenvolvimento educacional dos alunos surdos, porque, estes profissionais são como uma ponte de acesso às informações apresentadas no ambiente escolar. Tanto de Português para Libras, quanto vice-versa, e ao nosso ver, a clareza desta comunicação, ou seja, o bom estado da ponte – sua pavimentação e adequação estrutural faz toda a diferença na aprendizagem do aluno surdo. Desde a Educação Infantil, passando por todos os níveis, até chegar-se ao topo da Educação Superior. O trabalho dos TILSP assume grande importância na ascensão educacional do aluno surdo.

2.4 Perfil atual dos surdos e atuação do TILSP

Os surdos, alvo desse trabalho, não são mais aqueles de alguns anos que desconheciam seus direitos e deixavam-se ser conduzidos por uma política unilateral que só enxergava a cultura ouvinte. Hoje, os indivíduos surdos alcançam os mais altos níveis de formação e, inclusive, são eles que apontam o que realmente querem da atuação de um profissional como o TILSP, e também têm expectativas sobre sua interação com as Disciplinas, os Professores Regentes e seus Colegas de classe.

Este é um fato há muito conhecido pelos pesquisadores, no entanto, agora com a ascensão das políticas públicas de inclusão, os surdos estão cada vez mais exigentes e conhecem seus direitos e deveres. Estão empoderados, em um tempo

de “*resistência*” a qualquer tentativa de “*dominação ou de superioridade dos ouvintes*” sobre sua identidade e cultura, e cabe aos TILSP e aos Professores Regentes, pacificar esta convivência, dando-lhes condições de interação com tudo e com todos.

Também é verdade que, apenas o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão por meio da Lei nº 10.436/02 não garantiu, por si só, todos os direitos da comunidade surda. Dentre os vários pleiteados temos aquele que diz respeito à presença do TILSP nos diferentes espaços sociais aos quais o surdo frequenta. Para garantir esse direito é necessário primeiro entender quem é esse profissional e quais são as competências que se exige para o exercício da profissão dos TILSP.

O exercício da profissão de TILSP foi regulamentado pela Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010 e segundo esta Lei o papel do TILSP é realizar a tradução e interpretação da língua oral para a de sinais e vice-versa, observando alguns preceitos essenciais como: imparcialidade, fidelidade, dentre outros. Na sala de aula do Ensino Superior, este profissional deve atuar como um mediador dentre professor e aluno.

Miranda e Filho (2012) refletem sobre a inclusão das pessoas com deficiência e a sua efetiva participação na escola:

Há uma convergência à plena inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas da sociedade e a efetiva participação na escola. A estes se espera que sejam assegurados um atendimento especial, conforme suas diferenças e as características peculiares que apresentam. (Miranda, 2012, p. 482).

Assegurar um atendimento especial na escola vai além de permitir o acesso das pessoas com deficiência aos mais diferentes níveis de ensino. Toda a legislação fala na garantia do atendimento especializado para esse fim. No caso específico dos surdos, a presença de docentes capacitados para lidar com as especificidades da Educação de surdos e a contratação do profissional interprete são de essencial importância.

Segundo Candau(2011) se faz necessário, nos cursos de formação de professores, uma constante preocupação em preparar profissionais que saibam lidar com a diversidade. Saber se posicionar diante da diferença faz parte das atribuições como educadores em uma sala de aula em que há a presença da diversidade tanto cultural quanto linguística.

Devemos ser capazes de considerar que as diferenças sejam intrínsecas a essas práticas, portanto, é imprescindível reconhecê-las e valorizá-las nas dinâmicas culturais. Enquanto que a presença do TILSP no meio educacional deve ser vista como uma ação pedagógica de acesso que vise a efetivação da transversalidade da educação especial, ou seja, um recurso de comunicação dentre alunos surdos, seus pares e o professor.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (Brasil, 2007, p. 17).

Quadros (2004), faz uma reflexão de forma concisa, problematizando as atribuições do Professor e as do Tradutor e Intérprete da Libras em sala de aula:

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. (Quadros, 2004.p. 56).

Por este motivo, é importante que professores e TILSP compreendam com clareza suas atribuições em sala de aula e que tenham sucesso nos processos de interação com os alunos surdos. Certamente essa postura refletirá na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem destes alunos. Para se atingir tais resultados são necessários que tenhamos um olhar permeado por uma perspectiva biopsicossocial.

3. A PEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

No capítulo anterior, discorreremos sobre o reconhecimento da Libras, como meio legal de comunicação das pessoas surdas brasileiras e ainda do importante papel dos profissionais TILSP que fazem parte desta conquista. Neste capítulo, discorreremos sobre a atual conjuntura da Pedagogia e da Escola dentro deste contexto; o papel social da Pedagogia, os progressos alcançados na formação dos surdos e a Formação Profissional dos TILSP.

3.1 Formação dos Pedagogos e o papel social da Pedagogia

Segundo Libâneo (2007), a Pedagogia e a Escola estão passando por uma releitura, uma reavaliação social interna:

[...] no meio educacional se discute se há pertinência ou não de uma ciência pedagógica, se deve ou não existir um curso de Pedagogia, se existe ou não trabalho para os pedagogos, se o licenciando precisa ou não de formação pedagógico-didática, se a escola resiste ou não à crítica pós-moderna. (LIBÂNEO, 2007, p. 161)

Ocorre um questionamento social ao papel da Pedagogia, tanto no âmbito interno quanto no externo, e percebe-se um processo crescente de desvalorização científica, salarial e moral dos Pedagogos. Segundo Libâneo, há vários profissionais liberais, como radialistas, jornalistas e demais profissionais, que assumem o papel de: “*formadores ocasionais*”, a despeito de lhes faltarem cursos de aperfeiçoamento e de especialização.

Desta realidade, surge outra demanda para os Pedagogos: Seria papel também da Pedagogia ofertar cursos de capacitação didática e pedagógica para estes profissionais liberais? Libâneo acredita que sim, conforme afirma:

Em todo caso, poder-se-ia prever para esses “formadores ocasionais” formas também ocasionais de suprimento de capacitação profissional, tais como cursos de aperfeiçoamento ou atualização dentro, talvez, de atividades de extensão universitária. (LIBÂNEO, 2007, p. 60)

Dentro e fora do Sistema Educacional, o papel do Pedagogo tem se tornado cada dia mais complexo. Há necessidade de expansão da sua atuação em vários ramos profissionais e educacionais.

É a partir dessa formação que teremos um ensino de qualidade não só para surdos. Uma educação eficaz e a inclusão dos sujeitos é uma das consequências de

uma formação de qualidade desde as séries iniciais e ao longo de toda formação básica.

A acessibilidade aos mais diferentes níveis de ensino são consequências também de uma boa base de formação. No caso específico dos surdos, além de uma educação de qualidade é necessário também o acompanhamento, nos demais anos escolares do profissional TILSP.

Entrar para o Ensino Superior não é algo conquistado da noite para o dia. O surdo, até um tempo atrás, não conseguia nem sequer terminar seus estudos na Educação Básica. As políticas para a educação de surdos mudaram e foi para melhor. Hoje, há várias oportunidades para que os alunos acessem ao Ensino Superior, mas, para que haja acesso e permanência dos surdos na educação é necessário garantir a presença do TILSP.

O acesso não é apenas a cursos previstos pelo Decreto 5.626 de 2005, mas a criação destes possibilitou um avanço significativo na formação dos surdos brasileiros. Pois, prevê a necessidade de se criar os Cursos de formação para Professores/Pedagogos Bilingues – surdos e ouvintes.

Esta legislação refletiu na criação e na abertura de vários Cursos Superiores de Licenciatura voltados para a comunidade surda, dentre os vários Cursos ofertados na área, podemos citar: *Licenciatura em Letras-Libras* ofertado pela UFG – Universidade Federal de Goiás e *Licenciatura em Pedagogia Bilingue* ofertado pelo IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, dentre vários outros. Mas como surgiu o *bilinguismo* no Brasil?

De acordo com Festa e Oliveira (2012), no Brasil, foi somente a partir da década 80 que surgiu o *bilingüismo* como proposta para a educação de surdos. Essa abordagem defende que o surdo seja bilíngue, conhecedor e usuário da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa.

A Libras, por ter características visuais seria a sua língua natural e deve preceder à segunda, língua escrita oficial (Língua Portuguesa escrita) utilizada no país ao qual ele pertence. Elas destacam que, a Língua sinalizada é reconhecida como L1, ou primeira Língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua ou L2, visto que nem todo surdo consegue desenvolver a oralização. Ainda segundo as autoras, é através da proposta bilíngue que os surdos têm a possibilidade de acesso a essas duas línguas, pois, suas experiências são visuais.

É através dessas experiências que o indivíduo surdo compreende e interage com o mundo. A língua de sinais é um meio pelo qual essa compreensão e interação se tornam possível, além de conduzi-lo ao desenvolvimento e a manifestação de sua cultura.

Festa e Oliveira (2012), mesmo reconhecendo que a língua de sinais é extremamente importante para a vida educacional do surdo, afirmam que o ao Sistema Educacional Brasileiro falta estrutura para que o *bilinguismo* realmente seja implementado com sucesso. Para elas, faltam ainda profissionais qualificados que tenham capacidade de atender às necessidades linguísticas e culturais do sujeito surdo.

Segundo Libâneo (2007), a Pedagogia sempre deve se preocupar com a formação dos indivíduos, porém, sem retirá-los de sua própria cultura. Partindo desta visão dada por Libâneo, podemos aferir que a Educação Bilingue tem potencial para criar um diálogo entre as culturas surda e ouvinte, dando ao surdo e ao Ouvinte as condições de interagir, cada qual, dentro de sua própria cultura e identidade.

Portanto, a formação educacional/ profissional dos surdos, para lograr sucesso, deve, no primeiro momento, ser bilíngüe e dialogar com as duas culturas, fator que exige tanto dos Professores Regentes, quanto dos TILSP, um profundo conhecimento das duas culturas. Por outro lado, também depende da “abertura” por parte dos surdos para se conhecer e se conectar com a cultura ouvinte.

3.2 Atuação do TILSP no curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue

Para falarmos, especificamente, da atuação do tradutor/intérprete no curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue do Instituto Federal de Goiás foi necessário recorrermos aos primeiros atores dessa jornada. Entrevistamos a professora W.B. S.V.M., a intérprete M.R.S.S. e a aluna S.R.V.N.

A escolha das mesmas não foi aleatória, de alguma forma, todas contribuíram para o processo de inserção do surdo no Ensino Superior, especificamente, no curso de Pedagogia Bilíngüe.

3.2.1 O curso, a prioridade do surdo e a presença do intérprete

Conforme o próprio Decreto 5.626/05 prevê,

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Durante os dois anos em que foi discutido o projeto político curricular do curso de Pedagogia Bilíngue do IFG, sempre foi pensada a forma de ingresso e a permanência do surdo. Segundo a professora W.B.S.V.M, nas primeiras discussões a respeito do perfil dos candidatos e o que se vislumbrava a respeito do egresso, era pensado a pessoa do surdo.

“Já nas primeiras reuniões com os colegas de diferentes áreas que nos ajudaram a fazer as primeiras proposições sobre os cursos, já foi apresentado tanto a lei 10.436/02 que tratava do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, quanto o Decreto 5.626/05 que falava da prioridade do surdo nos cursos de formação voltados a comunidade surda.” (W.B.S.V.M.)

No ano de 2014, um ano antes do primeiro processo seletivo para o curso de Pedagogia Bilíngue, já foi pensado, organizado e realizado o Concurso para Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais. O que para ela foi imprescindível para se pensar os próximos passos na inclusão do surdo nesse curso.

“No ano de 2013 para o ano de 2014 já estávamos discutindo com a gestão do Campus Aparecida de Goiânia e com a Reitoria do IFG o lançamento do edital para contratação dos primeiros tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. Esse foi um passo importante pois garantiria uma formação plena do surdo, já que sua educação efetiva passa pelas questões voltadas a linguagem.”

Segundo a professora pensar o surdo no ensino superior é, também, pensar na qualidade da educação que esse vai receber. Não adiantaria, para ela, ter excelentes professores se o que eles passariam ao longo de suas aulas não chegasse ao surdo de forma efetiva. O que significaria ter a pessoa do intérprete para fazer essa interlocução entre professores ouvintes e alunos surdos.

Nesse momento, a aprovação do tradutor e interprete foi um ganho extraordinário. Todas as ações, a partir dali, já seriam pensadas com a presença desse profissional. Formação em nível superior para surdos sem a presença do TILSP seria algo impensado.

A primeira intérprete contratada foi a servidora M.R.S.S que, segundo a professora Waléria, de imediato se inteirou das discussões a respeito do curso. *“Com a presença da intérprete não só pensamos a formação ao longo do curso, mas também as ações que seriam necessárias antes mesmo da entrada deste aluno surdo no curso”*. (W.B.S.V.M.)

No ano de 2015 foi iniciado a primeira turma do curso. As expectativas eram as mais positivas possíveis. Segundo M.R.S.S., apesar de ser intérprete a um tempo, essa para ela, seria uma experiência diferente.

*“Minha experiência com a aluna *S.R.V.N. foi um pouco diferente das experiências que eu já havia vivido antes, porque eu me encontrava diante de uma aluna com a idade já superior aos que habitualmente eu tinha trabalhado, e com um quadro de perda auditiva que vem ocorrendo ao longo dos anos que começou aos dezoito.”* (M.R.S.S.)

O desafio com a primeira aluna surda era especial. Ela já era uma pessoa de meia idade e com uma perda auditiva acentuada. Para completar o quadro desafiador, ela utilizava e nem mesmo sabia a Língua Brasileira de Sinais. Ou seja, tudo que se havia pensado para ela não era o que se apresentava.

Diferente dos demais surdos, a aluna S.R.V.N., tinha um conhecimento aprofundado da Língua Portuguesa. Lia e interpretava textos muito bem, até melhor que seus colegas ouvintes da primeira turma. Como já tinha tido uma formação em curso superior, anterior a essa demonstrava-se muito empenhada em vencer mais essa batalha.

*“ *S.R.V.N. é dotada de uma inteligência muito grande, muito esforçada, porém, ela não tinha língua de sinais e quando eu entrei, ela ainda tinha um pouco de audição, aí meu trabalho se deu assim, eu trabalhava mais ou menos como professor de apoio. Por que eu observava nas expressões dela quando ela estava entendendo o que o professor falava porque ela julgava que conseguia ler os lábios.”* (M.R.S.S.)

Muitas vezes, julgamos de forma rasa o trabalho do intérprete de Línguas. Esse vai muito além de apenas transcrever para outra língua os dizeres de alguém. A própria experiência com a aluna S.R.V.N. provou isso. Mesmo com o direito a uma intérprete, por ser surda, ela não tinha inicialmente as condições *“ideiais”* para a realização do trabalho desse profissional.

“Ela é uma surda oralizada, lê os lábios e fazia isso porque tinha um pouco de audição, então ela simulava o movimento da boca do professor com o conteúdo que as vezes escrevia no quadro ou as vezes em forma de textos e aí ela conseguia fazer uma referência do que ele estava falando e muitas vezes o meu papel em quanto intérprete era observar nas expressões dela se ela estava entendendo ou não.” (M.R.S.S.)

A própria servidora descreve o quão era complexo o trabalho que realiza com tal aluna. Conceitos, por exemplo, que iam surgindo ao longo das aulas, muitas das vezes, eram anotados até mesmo pela intérprete. Ela relata que para ajudar a aluna, ia fazendo uma síntese do que o professor estava expondo.

“Eu enchia bloquinhos e mais bloquinhos de todas as disciplinas ai no final da aula eu destacava daquela a folha e entregava pra ela, e eu também nesse momento fazia tradução por replicação, eu ouvia o que o professor estava falando ai quando eu percebia que ela não estava entendendo ela olhava pra mim, e eu tornava a falar o que o professor tinha falado em forma de replicação. (M.R.S.S.)

Como relata a intérprete, a replicação feita oralmente pela TILSP e toda esta situação não durou por muito tempo. A própria aluna procurou conhecer e aprender a Língua de Sinais. Várias estratégias foram criadas ao longo desse período de interlíngua⁴ da aluna. Inclusive, relata de um momento em que ela teve contato, por meio de outro colega, com a tradução de forma a misturar as duas línguas, Bimodalismo, o que ela gostou bastante.

Vários foram os desafios, tanto pelo próprio perfil da aluna, quando pelo envolvimento ou não dos professores. Muitos não compreendiam as reais necessidades daquela aluna e por vezes, utilizavam de metodologias de ensino muito complicadas e avessas a realidade de um surdo e, principalmente, pela presença de um interprete para tradução de suas aulas.

“Uma das maiores dificuldade pra ela é ainda até hoje é a datilologia não consegue fazer leitura, ela demora muito pra entender, nessa época eu já estava fazendo ainda o papel de apoio que era fazer as anotações e também tentar repetir pra ela as coisas que ela não entendia e quando era o momento da leitura do texto eu sentava ao lado dela e ia mostrando no texto onde está sendo feito a leitura, no momento que o professor pausava pra dar as orientações eu tocava nos ombro dela e pedia pra ela prestar atenção porque o professor iria falar e ai eu traduzia pra ela já virava a cadeira pra frente e ficava numa posição que eu conseguia traduzir pra ela e ao mesmo tempo orientar nos textos, muitas vezes eu movimentava a cadeira também isso acontece até os dias de hoje.” (M.R.S.S.)

A formação do tradutor e intérprete de Língua de Sinais, tenta, mas não prevê todos os nuances da profissão. É certo que muito já se organizou e pensou sobre essa função. Hoje, com certeza, a presença de profissionais compromissados como a intérprete M.R.S.S. faz a diferença no dia a dia da pessoa surda. Não só nos cursos de formação específica como no curso de Pedagogia Bilíngue, mas em todos os demais cursos de formação a que o surdo se dispõe a cursar.

⁴ Esse termo foi utilizado para caracterizar o sistema linguístico do aprendiz de segunda língua, sistema este que apresenta propriedade de sua L1 e da língua alvo. (MESQUITA, 2008, p. 4)

Como no relato da Intérprete M.R.S.S. exposto acima, a aluna S.R.V.N. também expõe sua experiência sobre a importância dos profissionais TILSP em sua formação no Curso de Pedagogia Bilingue: Libras/ Português:

“Nossas vidas sofrem revezes, e são nestes períodos, que temos que buscar ajuda, alternativas, adaptações, para continuarmos vivendo de forma satisfatória. Com a minha audição diminuindo cada vez mais, minha preocupação era: Como irei me comunicar no futuro? Que desafios encontrarei quando cessarem definitivamente os sons aos meus ouvidos?”
(S.R.V.N.)

Seus relatos expressam, claramente, suas angústias. Fala da ainda preocupação em ser surda, ou melhor, ter perda auditiva progressiva e permanente e ainda ser possível, mesmo com as suas dificuldades e limitações, ser possível enfrentar e conviver com suas incertezas sobre seu futuro.

No trecho a seguir ela esclarece como se deu a sua experiência como aluna na primeira formação, anos atrás, e como foi sua experiência agora, com a atual formação no Curso de Pedagogia Bilingue:

“No meu curso anterior, o ensino era muito tradicional, havia uma distância imensa entre os alunos e professores, sei que alguns sabiam do meu problema auditivo, mas nunca me questionaram, nunca ofereceram ajuda extra, estudava sempre sozinha, e o que não conseguia ouvir a maioria das explicações, tentava ser autodidata, mas nem com meus esforços contínuos conseguia aprender de forma satisfatória. Então Deus na Sua Graça Maravilhosa, providenciou o curso de Pedagogia Bilingue, lugar onde eu tive um contato maior com a Libras, intérpretes, outros surdos e com professores sempre acessíveis. Mas, não foi sem relutância, que sai da minha zona de conforto e me aventurei a sentar na carteira e aprender novamente.” (S.R.V.N.)

Percebemos que, no primeiro momento a aluna relutou em enfrentar uma nova formação, no entanto, com determinação e o apoio dos TILSP, a acessibilidade por parte dos professores e o contato com os demais surdos, alcançou forças em sua fé, para prosseguir.

Ainda sobre a entrada no curso de Pedagogia a referida aluna relata suas expectativas quanto a cursar ou não o ensino superior:

“Lembro-me como se fosse ontem, passei uma semana inteirinha na dúvida: vou! Não vou! Até que decidi, irei! Chegando lá, fui muito bem recebida pelos professores, alunas e pela intérprete, que já me aguardava há uma semana. Olhei para ela e fiquei a pensar: E agora o que farei? Meu conhecimento de Libras, era só o básico, minha vontade foi de sair correndo! Mas a empatia da intérprete *M.R.S.S., foi me cativando, ela me ensinava sinais novos um pouco antes da aula começar, fazia um esforço

enorme nas expressões faciais, me perguntava a todo momento se estava entendendo, e até escrevia para mim, quando percebia que eu não estava acompanhando. Sei, porém, que esta não era sua função, não estava jogando sobre seus ombros minha responsabilidade, simplesmente era tudo novo e muito difícil para mim. E necessitava muito do apoio dela.” (S.R.V.N.)

A aluna reconhece neste trecho que, se não fosse a receptividade da equipe de professores, da Coordenação e principalmente da intérprete M.R.S.S., que se empenhou ao máximo para que ela não desistisse, ela teria abandonado o Curso já nos primeiros dias letivos.

As dificuldades de adaptação foram muitas para todos, mas, em especial para a aluna S.R.V.N. que admite no próximo trecho, não ter na época conhecimento suficiente sobre a Libras e devido a perda auditiva, não teria outra opção, a não ser, aprender Libras ou desistir dos seus sonhos. Ao perceber isto, a intérprete *M.R.S.S. passou a empenhar-se mais ainda e a lhe ensinar a sua nova língua:

“Foi um ano inteiro, nós duas, horas a fio, e uma Língua que eu não dominava, mas sua presença, sua mediação, me deixava segura, não precisava me omitir de medo de errar, de estar falando algo que não tinha nada a ver com o que estava sendo ensinado. Novo ano, novos professores, outros alunos surdos, e novos intérpretes. Adaptações foram feitas, e consegui progredir, começava a entender a Libras em um contexto mais amplo. O que permitiu isto, foi o trabalho de parceria, entre eu, os professores e intérpretes.” (S.R.V.N.)

No trecho acima, a aluna fala sobre uma parceria entre todos os envolvidos na educação dos surdos. Esta parceria, passa pela Coordenação, pelos professores, pelos TILSP e também pelos demais alunos. Todos buscando realizar as adaptações necessárias aos conteúdos, a fim, de se atingir o objetivo de que a aprendizagem do surdo aconteça.

Concluindo seu depoimento, a aluna comenta a importância dos TILSP para ela e as características que percebe nesta tão importante profissão:

“Sem os intérpretes as relações sociais, educacionais e até familiares (no caso dos codas) seriam impossíveis, pelo fato da maioria ouvinte não saber Libras. Sua função exige esforço, dedicação, discrição, invisibilidade e ética. E muitas vezes, pode ser cansativo e desanimador, pois não é palpável o resultado do seu trabalho. O intérprete, é como nosso “anjo”, sempre pronto a mediar, a ajudar, a incentivar, aconselhar nas nossas dúvidas e incertezas, e até “puxar nossas orelhas” quando preciso. Na verdade, confiamos neles, nos seus ouvidos. Pois sentimos que antes de nos emprestar seus ouvidos, eles já doaram seus corações a nós.” (S.R.V.N.)

Neste último trecho de seu depoimento a aluna faz uma “declaração de amor” aos profissionais que se dedicam e se comprometem com a profissão de Tradutores

e Intérpretes de Língua de Sinais e Português (TILSP). Reconhece que, a socialização dos surdos, também depende da presença destes e que, sem a sua mediação não haveria comunicação entre os dois mundos: o dos surdos e o dos ouvintes.

Pensar a educação de pessoas surdas passa pela presença marcante do interprete, não só para o aluno mas em todo processo educacional da pessoa surda. Difícil seria ter que separar esses dois sujeitos, pois a história de um necessariamente passa pela presença do outro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que, como seres humanos, precisamos nos relacionar socialmente uns com os outros e é inegável que as relações sociais contribuem em muito para a formação do caráter de cada um dos indivíduos, sejam estes surdos ou não. As experiências individuais e coletivas e a capacidade de comunicação, são ferramentas muito importantes para o desenvolvimento intelectual e, neste aspecto, a aquisição de uma linguagem e a correta utilização desta, pode proporcionar as reais condições de interação e progresso.

Segundo analisa Goldfeld (2002) para Vygotsky, a aquisição da linguagem é a ferramenta precursora do desenvolvimento, pois, esta seria a abertura da janela de comunicação com todos os tipos de conhecimentos. A interação do sujeito, surdo ou ouvinte, com o meio social seria condição que embasaria o desenvolvimento cognitivo resultado das relações intra e interpessoais.

Esta relação proposta só seria possível com o bom funcionamento dos canais de comunicação, resultando no desenvolvimento cognitivo e linguístico do indivíduo. Especificamente no contato entre as línguas de sinais de modalidade viso-espacial e as línguas orais de modalidade oro-auditivas, se faz necessária a intermediação de um “usuário” de ambas. Este “usuário” seria o TILSP - Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português, uma “ponte”, uma “estrutura permeável” entre as duas culturas: surda e ouvinte.

Retomando às nossas perguntas iniciais: i. em quais aspectos a formação e o trabalho do profissional TILSP tem maior relevância para o bom andamento das ações educativas em sala de aula para alunos surdos? ii. Quais são as atribuições dos TILSP no âmbito da Educação Superior? iii. O que dizem os documentos oficiais sobre o papel dos TILSP? E, ao respondermos à estas três perguntas, também exporemos qual é o perfil profissional dos TILSP e as exigências da Lei 12.319/2010 para a sua formação.

Quanto à primeira pergunta, depois da nossa pesquisa, podemos responder que um dos aspectos principais na formação do TILSP é que ele seja capaz de estabelecer uma comunicação clara com os surdos, para isto, ele deve participar de uma formação continuada, ser capacitado e, principalmente, ter sensibilidade para perceber o nível linguístico de sua clientela surda. Não adianta o TILSP saber sinais super atualizados e a sua clientela surda não conhecer estes sinais e não compreender a tradução/ interpretação. Além disto, o TILSP deve se preocupar em

ter conhecimento prévio dos conteúdos a serem ministrados e interesse pela pesquisa. Todos estes são atributos desejáveis e até necessários para que um TILSP apoie com sucesso todas as ações educativas propostas.

Quanto à segunda pergunta, podemos destacar que é imprescindível aos profissionais TILSP conhecerem suas responsabilidades: imparcialidade, fidedignidade, ética profissional, entre outras. As principais atribuições dos TILSP na Educação, em especial no Ensino Superior, são estas: mediar a comunicação e a interação entre os usuários de ambas as línguas: Libras - Língua Brasileira de Sinais e LP - Língua Portuguesa, ou seja, surdos e ouvintes; possibilitar a troca de informações e de conceitos, além de promover contato social, seja em qualquer campo das comunicações sociais. Estas atribuições dos TILSP são fatores que definem seu papel social, em todos os níveis de ensino, principalmente na academia, que é naturalmente, um ambiente de interação e de construção de conhecimento.

Ao colher os depoimentos da aluna surda S.R.V.N. e da TILSP M.R.S.S. constatamos que a interação entre ambas foi fundamental para o sucesso no processo de ensino e de aprendizagem, portanto, a flexibilidade da TILSP na busca de facilitar a comunicação com a aluna surda e a abertura por parte da aluna a novos conhecimentos fora fator inexorável para atingir um resultado positivo ao final do ciclo.

Fica claro nos depoimentos analisados no decorrer desta pesquisa, que deve haver uma relação de respeito e de muita proximidade entre os TILSP e os surdos e, é esta relação recíproca que pode significar sucesso ou, na ausência dela, resultar em fracasso, na aprendizagem dos alunos surdos.

Quanto à terceira pergunta, recorreremos aos documentos oficiais, sendo o principal deles a Lei 12.319/2010 que reza o seguinte: quanto à formação, o TILSP nível médio deve ter cursos de formação profissional; cursos de extensão universitária e ainda, participar constantemente de cursos de formação continuada; o TILSP nível superior deve ser Bacharel em Letras-Libras Tradução e Interpretação ou ser licenciado e cursar especialização em tradução e interpretação Libras: Português. Além de outros cursos correlatos.

Quanto ao perfil profissional, o TILSP deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos, pelo respeito à pessoa e à cultura do surdo, especialmente considerando os princípios da honestidade e da discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; trabalhando com

imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir. Zelando pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social considerando as especificidades da comunidade surda.

A coerência na atuação dos TILSP no ambiente educacional, reforça positivamente a abordagem bilíngue na Educação de alunos surdos. A condição bilíngue dos TILSP e dos surdos é um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento de um processo positivo na interação social dos surdos com o “mundo ouvinte” que os cerca.

A abordagem bilíngue surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 80, partindo do pressuposto de que o sujeito surdo seja naturalmente bilíngue, comunicando-se em Língua de Sinais e ainda na Língua Oral de seu país. Esta abordagem defende que o aprendizado da Língua de Sinais deve preceder o da Língua Oral, ou seja, a criança surda deve ser alfabetizada primeiramente na Língua de Sinais (L1) e posteriormente aprender a Língua Oral (L2). As experiências dos surdos são visuais e, é por estas experiências que o indivíduo surdo compreende e interage com o mundo. Assim, a Língua de Sinais é o veículo pelo qual essa compreensão e interação se tornam possíveis.

Consideramos então que, o canal de comunicação (Língua de Sinais), além de conduzir o indivíduo surdo ao Desenvolvimento da Aprendizagem, conforme os níveis⁵ apresentados por Vygotsky (1996) diretamente ligados a questão da linguagem. O que podemos, inclusive, atribuir às questões inerentes à construção da identidade. Isso, porque, proporciona a esse indivíduo, o contato com a sua própria “comunidade linguística”, no caso a Comunidade surda e o conhecimento da cultura e dos valores surdos. Finalmente, afirmamos que a correta atuação dos profissionais TILSP no meio educacional deve ser uma “ponte facilitadora” e não uma “barreira”, na vida social dos indivíduos surdos.

Após tudo o que fora apresentado, podemos constatar que, nas últimas décadas, houve um grande progresso na Educação de surdos, várias conquistas, seja por Políticas Públicas instituídas por Legislação pertinente, seja por acesso educacional e desenvolvimento pessoal e profissional dos surdos.

5 Para Vygotsky (1996), Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), é a distância entre o nível de desenvolvimento real, ou seja, determinado pela capacidade de resolver problemas independentemente, e o nível de desenvolvimento proximal, demarcado pela capacidade de solucionar problemas com ajuda de um parceiro mais experiente. (RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S, 2007)

Estas vitórias, tiveram vários desdobramentos, se analisarmos a relevância do papel atuado pelos profissionais TILSP, o reconhecimento de sua importância na inclusão, através da oficialização de sua profissão, as exigências para a sua formação, seu desprendimento e comprometimento com as causas da Comunidade surda e a busca pela melhor qualidade na Educação de surdos, há fatores a serem comemorados, mas, ainda há muito para se avançar.

Consideramos em caráter final que, existe uma relação que podemos chamar de “interdependência solidária” entre surdos e TILSP, visando a construção do conhecimento de ambos e ainda, o aprimoramento do diálogo entre as culturas surda e ouvinte. Para que esta relação flua da melhor forma possível, deve haver por parte de surdos e dos TILSP respeito mútuo e conhecimento de ambas as culturas, combatendo o unilateralismo de pontos de vista e defendendo a pluralidade de ideias. Neste cenário de pluralidade, os surdos podem garantir seus direitos, cumprir com seus deveres e ainda adquirir as condições de contribuir e interagir com a sociedade de forma geral.

Finalmente consideramos que, a total interação entre TILSP, Professores Regentes, Equipe Gestora, Alunos Ouvintes e Alunos surdos, sob a perspectiva bilíngue, é, segundo a nossa análise, o que acreditamos ser o melhor caminho para a educação dos alunos surdos.

5. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil.** 3 ed.rev e ampl. São Paulo: Moderna. 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Lei da Acessibilidade. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. **Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Acesso em 22/05/2018

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555 de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948 de 09 de outubro de 2007. Brasília, 2007.

_____. **Lei nº. 12.319 de 01 de setembro de 2010.** Dispõe sobre a criação da profissão de intérprete de Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Brasília, 2011.

_____. **Projeto de Implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue: Libras/ Português** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia na Perspectiva da Educação Inclusiva. Aparecida de Goiânia, 2015.

CANDAU, V. M. **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas**. Editora: Rio de Janeiro – Brasil, 2011.

CBF de Lacerda - 1998 - aedi.ufpa.b

https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ1_2014/maraba/maraba2010_2/Ingua%20bras%20de%20sinais%20i_prof.a.%20luana_educacao%20dos%20surdos.pdf

Acesso em 10/10/2018 - 14h07min

FESTA, Priscila Soares Vidal; OLIVEIRA, Daiane Cristiane. **Bilinguismo e Surdez: Conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países**. Revista Eletrônica do curso de pedagogia das faculdades OPET, 2012.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GILDA, N. M. de Barros. **Sólon de Atenas - A cidadania antiga**. São Paulo: Humanitas, 1999.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre. Mediação: 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MENDES, Waléria Batista da Silva Vaz. **Cultura surda e jovens [manuscrito]: desafios e impasses no espaço escolar**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2012.

MIRANDA, Theresinha Guimarães, FILHO, Teófilo Alves Galvão, organizadores. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador : EDUFBA, 2012. 491 p.: il.

<file:///C:/Users/UserPC.HOME-PC/Downloads/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>

Acesso em: 02/07/2018 17h52min

MORAES, Marcia. **Fundamentos Histórico-filosóficos da Educação**. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

PEREIRA, M. C. P. **Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais**. Cadernos de Tradução. Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008. Disponível em (acesso em 25/04/18)

QUADROS, R. M. **O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S, **Vygotsky e o desenvolvimento humano**, 2007.
<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>

ROSA, A. da S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas. Arara Azul: 2005.

SANTOS, S. A. **Tradução e interpretação de língua de Sinais: deslocamentos nos processos de Formação acadêmica e profissional**. Cadernos de Tradução. Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 145-164, 2010. Disponível em (acesso em 22/05/2018)

SKLIAR, Carlos (org). **Os Estudos Surdos na Educação: Problematizando a Normalidade**. In A Surdez: um Olhar sobre as Diferenças. Porto Alegre: Mediação. 1998a, cap. 1, pp. 7-31.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch (2002). In apud GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

APÉNDICE